



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**Processo nº:** 36.599/18-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF (então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – Sedestmidh)

**Assunto:** Edital de Concurso Público

**Ementa:** **Concurso Público** para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 01, publicado no DODF de 27.11.18. **Decisão nº 5.963/18:** conhecimento do edital e diligência à jurisdicionada para retificação do edital. Ingresso posterior de documento oriundo de cidadão. **Nesta fase:** análise do cumprimento de diligência e da demanda do cidadão. **Unidade Técnica** pelo conhecimento e improcedência do requerimento do cidadão, pelo cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 5.963/18 e por nova diligência à jurisdicionada para nova correção do edital. Ministério Público aquiesce. **Voto convergente, com ajustes. Conhecimento do documento encaminhado pelo cidadão como se representação fosse, considerando-a, no mérito, improcedente. Cumprimento da diligência. Nova diligência.**

**Fundamento para não inclusão em pauta:** art. 116, § 5º, inciso V, do RI/TCDF.

## **RELATÓRIO**

Cuidam os autos do Edital nº 01-Sedestmidh, publicado no DODF de 27.11.18, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal – código 201 (peça 1).

Na primeira oportunidade em que se pronunciou no feito, o Tribunal, por meio da Decisão nº 5.963/18 (peça 8), deliberou por:

*“I – tomar conhecimento do Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (Peça n.º 1); II – determinar à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH que, no prazo de 05 (cinco) dias, relativamente ao Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018: a) retifique o subitem 1.2 para adequar o número de vagas relativas ao cadastro de reserva (114) ao quantitativo constante da tabela inserta no subitem 2.2.1.1.1, que resulta em 95 vagas; b) exclua o subitem 15.1, tendo em vista que sábado não é dia útil, a teor do art. 216, c/c o art. 219 do Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13105/2015), retificando, pela mesma razão, o subitem 1.8.1; c) inclua subitem contendo as condições de isenção do pagamento da taxa de inscrição constantes das Lei n.ºs 5818/2017 e 5968/2017; d) inclua subitem para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 – TCDF, publicada no DODF de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

13.6.2018; e) retifique o subitem 13.8 de modo a adequá-lo à regra contida no art. 59 da Lei n.º 4949/2012, que determina ajuste proporcional ao sistema de pontuação, no caso de questão anulada; f) inclua o conteúdo programático expresso no art. 10, VII, “a”, da Lei n.º 4.949/2012, atentando para a regra contida no art. 12, parágrafo único, do referido diploma normativo, a qual estabelece que, exceto na hipótese de supressão, a alteração no conteúdo programático previsto no edital ensejará recomeço da contagem do prazo a que se refere o art. 11, I, a partir da publicação da alteração; g) inclua o cronograma de nomeações, conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4.949/2012, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário; III – autorizar o retorno dos autos à Sefipe para o acompanhamento do certame.”

Ao analisar o cumprimento da diligência determinada na citada decisão, a Sefipe, em sua instrução de peça 19, considerando a informação prestada pela Sedestmidh à peça 11, tece os seguintes apontamentos:

“4. Em consulta ao DODF de 19.12.2018, localizamos o Edital n.º 3, de 18.12.2018 (código 201), de retificação, juntado eletronicamente aos autos (Peça n.º 17), que contemplou a diligência expressa no item II da Decisão n.º 5963/2018 – à exceção da alínea “c”, que já havia sido anteriormente inserida no Edital n.º 2, publicado no DODF de 7.12.2018 e também acostado eletronicamente ao feito (Peça n.º 16) –, a saber:

- item II, alíneas “a”, “b”, in fine, e “e”: foram retificados os subitens 1.2 e 13.8, bem como o 1.8.1, todos do edital normativo;
- item II, alínea “b”, parte inicial: o subitem 15.1 do edital restou excluído;
- item II, alínea “c”: foram inseridos alíneas e subitens, assim como foi ajustada a redação dos subitens 3.12.1; 3.12.2; 3.12.7-A; 3.12.7-B; 3.12.7-C; 3.12.9; 3.12.10, 3.12.11 e 3.12.13, de forma que restou contemplada a isenção de taxa de inscrição para os candidatos beneficiados pelas Leis n.ºs 5818/2017 e 5968/2017;
- item II, alínea “d”: foi incluído o subitem 4.15;
- item II, alínea “f”: houve a inclusão do conteúdo programático previsto no art. 10, VII, a, da Lei n.º 4.949/2012;
- item II, alínea “g”: foi estabelecido o cronograma de nomeações.

5. Destarte, pode o Tribunal considerar cumprida a diligência determinada por meio do item II da Decisão n.º 5963/2018.

6. Em relação ao Edital n.º 2/2018 (Peça n.º 16), importa trazer à tona o subitem 1.1.14, vazado nos seguintes termos:

1.1.14. No item 15, subitem 15.3, fica inserido o subitem 15.3-A, com a seguinte redação:

15.3-A. Todos os prazos previstos neste Edital terão início com a divulgação dos atos, editais e comunicados referentes ao concurso público, no endereço eletrônico [www.ibrae.com.br](http://www.ibrae.com.br), ou com a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo ser considerada aquela que ocorrer primeiro. Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

7. A teor do quanto disposto na Lei n.º 4.949/2012, os prazos previstos em edital começam a correr a partir da publicação no Diário Oficial, a exemplo das regras fixadas nos artigos 12, parágrafo único, 14 e 55, § 1º. Ademais, a redação facultativa do subitem 15.3-A, relativamente ao início dos prazos previstos no edital, pode ensejar controvérsia e macular a desejável transparência do normativo. Sendo assim, sugerimos que o Tribunal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

determine à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, sucessora da SEDESTMIDH, que retifique o subitem 15.3-A, inserido pelo Edital n.º 2/2018, de formar a deixar claro que os prazos previstos no edital terão início com a publicação no DODF.

8. Mediante rotinas de acompanhamento realizadas por esta unidade técnica, verificamos que a Secretaria de Desenvolvimento Social lançou mais um edital de retificação, a seguir detalhado:

- Edital n.º 4, publicado no DODF de 28.1.2019, juntado eletronicamente aos autos como Peça n.º 18: retifica subitens do edital normativo para ampliar o período de inscrições no certame, com ajuste nas datas de solicitação de atendimento especial e período para interposição de recurso contra o indeferimento das solicitações daquele tipo de atendimento.

9. Afora a falha comentada no parágrafo sétimo, não identificamos, nos demais editais, outras impropriedades que possam macular o certame.”

Posteriormente, a Unidade Técnica apresenta os comentários que se seguem, acerca de requerimento de cidadão encaminhado à Ouvidoria deste Tribunal, noticiando possíveis irregularidades no concurso promovido pela Sedestmidh:

“10. Por meio do Memorando n.º 235/2018 (Peça n.º 14), a Ouvidoria desta Corte noticia o recebimento de requerimento de cidadão acerca de possíveis ilegalidades na realização do concurso público para a SEDESTMIDH, consubstanciadas no documento eletrônico atrelado àquele expediente (Peça n.º 15).

11. A demanda questiona o item 6 do edital, que informa a data e horário de realização da prova objetiva do concurso, programada para o mesmo dia (10.3.2019), tanto para os cargos de nível médio como para aqueles de nível superior, em conflito com a Lei local n.º 5.866/2017.

12. Passemos à análise da matéria.

13. A Lei n.º 5.866/2017 dispõe sobre o agendamento de provas de concursos públicos no DF e proíbe as bancas examinadoras de marcar a primeira fase de qualquer certame no mesmo dia de outro similar já previamente agendado. Oportuno trazer à baila o disposto no art. 2º da norma, in verbis:

Art. 2º São considerados concursos públicos similares entre si aqueles que, concomitantemente, preencham os seguintes requisitos: I - terem como critério de seleção o mesmo nível de escolaridade;

II - possuírem a mesma faixa salarial.

§ 1º Considera-se mesmo nível de escolaridade a exigência para provimento em cargo público de nível superior, de nível médio ou de nível fundamental.

§ 2º Considera-se mesma faixa salarial o valor da remuneração inicial ou subsídio inicial, previsto em edital ou, na falta de tal previsão, o correspondente valor, legalmente estabelecido, compreendido entre as seguintes faixas:

I - até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

II - entre R\$ 1.500,01 (mil e quinhentos reais e um centavo) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - entre R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - entre R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

V - entre R\$ 15.000,01 (quinze mil reais e um centavo) e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

VI - acima de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). (grifos nossos)

14. Na forma da lei, são certames similares aqueles que, concomitantemente, tenham como critério de seleção o mesmo nível de escolaridade e possuam a mesma faixa salarial.

15. In casu, a SEDESTMIDH divulgou, em 27.11.2018, quatro editais de concurso público, sendo dois de nível superior e dois de nível médio, a saber:

- Especialista em Assistência Social (Educador Social, Direito e Legislação Pedagogia, Psicologia e Serviço Social) – código 101;
- Especialista em Assistência Social (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Organizacional, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição) – código 201;
- Técnico em Assistência Social (Técnico Administrativo) – código 301;
- Técnico em Assistência Social (Agente Social e Cuidador Social) – código 401.

16. As provas objetivas de todos os concursos, inicialmente marcadas para o dia 10.3.2018, foram reagendadas para o dia 24.3.2019, após retificação nos editais inaugurais e ampla divulgação, sendo que os candidatos aos cargos de nível superior farão a prova no turno matutino. Os concorrentes aos cargos de nível médio terão horários diferenciados, de forma que as provas para Técnico Administrativo ocorrerão pela manhã e aquelas para Agente Social e Cuidador Social, pela tarde.

17. As provas objetivas dos concursos de nível superior foram agendadas para o mesmo dia e horário, nada havendo a ser questionado quanto a este particular, dada a diversidade de formações específicas exigidas para cada uma das especialidades. Além do mais, a organizadora do concurso prezou pela razoabilidade ao fixar, no turno vespertino, o horário da prova para a especialidade Educador Social, para a qual se exige a conclusão de qualquer curso de graduação (subitens 2.4.2 e 6.3 do Edital n.º 1/2018 – código 101).

18. Resta comprovado, portanto, o pleno atendimento aos ditames da Lei n.º 5.866/2017, de forma que não procede o questionamento apresentado na demanda inserta na Peça n.º 15. Destarte, somos pela improcedência do requerimento formulado ao Tribunal, por insubsistência própria de suas razões.”

Sugere, assim, ao eg. Plenário o conhecimento e a improcedência do requerimento do cidadão, o cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 5.963/18 e nova diligência à jurisdição para nova correção do edital.

O Ministério Público, mediante o Parecer nº 94/2019-GP1P (peça 24), aquiesce à análise e às sugestões da Unidade Instrutiva.

É o relatório.

**VOTO**

Cuidam os autos do exame do Edital nº 01-Sedestmidh, publicado no DODF de 27.11.18, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal –





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

código 201 (peça 1).

Na apreciação do aludido edital, o Tribunal, por meio da Decisão nº 5.963/18 (peça 8), deliberou pelo conhecimento do mesmo e por diligência à Sedestmidh nos seguintes termos:

*“II – determinar à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH que, no prazo de 05 (cinco) dias, relativamente ao Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018: a) retifique o subitem 1.2 para adequar o número de vagas relativas ao cadastro de reserva (114) ao quantitativo constante da tabela inserta no subitem 2.2.1.1.1, que resulta em 95 vagas; b) exclua o subitem 15.1, tendo em vista que sábado não é dia útil, a teor do art. 216, c/c o art. 219 do Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13105/2015), retificando, pela mesma razão, o subitem 1.8.1; c) inclua subitem contendo as condições de isenção do pagamento da taxa de inscrição constantes das Lei n.ºs 5818/2017 e 5968/2017; d) inclua subitem para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 – TCDF, publicada no DODF de 13.6.2018; e) retifique o subitem 13.8 de modo a adequá-lo à regra contida no art. 59 da Lei n.º 4949/2012, que determina ajuste proporcional ao sistema de pontuação, no caso de questão anulada; f) inclua o conteúdo programático expresso no art. 10, VII, “a”, da Lei n.º 4.949/2012, atentando para a regra contida no art. 12, parágrafo único, do referido diploma normativo, a qual estabelece que, exceto na hipótese de supressão, a alteração no conteúdo programático previsto no edital ensejará recomeço da contagem do prazo a que se refere o art. 11, I, a partir da publicação da alteração; g) inclua o cronograma de nomeações, conforme exige o art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4.949/2012, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário.”*

Em atendimento à diligência determinada, a Sedestmidh encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 944/2018-SEDESTMIDH/GAB, acostado à peça 11, informando a adoção das providências requeridas pelo Tribunal.

Ao mesmo tempo, a Ouvidoria desta Corte, por meio do Memorando nº 235/2018, à peça 14, comunicou o recebimento de documento encaminhado por cidadão, acostado à peça 15, onde noticia que o item 6 do referido edital normativo encontra-se em desacordo com a Lei distrital nº 5.866/17, por ter fixado, para o mesmo dia (10.03.19), a realização das provas para os cargos de nível médio e de nível superior.

Nesta fase, encontra-se em exame, pois, o cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal na Decisão nº 5.963/18 e o referido documento encaminhado pelo cidadão.

Na análise que lhe incumbe, a Sefipe, primeiramente no que toca ao atendimento da diligência ordenada na Decisão nº 5.963/18, informou que a Sedestmidh publicou, nos DODF de 07.12.18 e 19.12.18, os Editais nºs 2 e 3/2018 (peças 16 e 17), contemplando todas as correções exigidas pelo Tribunal no item II da referida decisão, a saber:

- *item II, alíneas “a”, “b”, in fine, e “e”: foram retificados os subitens 1.2 e 13.8, bem como o 1.8.1, todos do edital normativo;*
- *item II, alínea “b”, parte inicial: o subitem 15.1 do edital restou excluído;*
- *item II, alínea “c”: foram inseridos alíneas e subitens, assim como foi*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*ajustada a redação dos subitens 3.12.1; 3.12.2; 3.12.7-A; 3.12.7-B; 3.12.7-C; 3.12.9; 3.12.10, 3.12.11 e 3.12.13, de forma que restou contemplada a isenção de taxa de inscrição para os candidatos beneficiados pelas Leis nºs 5818/2017 e 5968/2017;*

- *item II, alínea “d”: foi incluído o subitem 4.15;*
- *item II, alínea “f”: houve a inclusão do conteúdo programático previsto no art. 10, VII, a, da Lei nº 4.949/2012;*
- *item II, alínea “g”: foi estabelecido o cronograma de nomeações.”*

Ainda sobre o mencionado Edital nº 2/2018, verificou que o teor do subitem 15.3-A<sup>1</sup>, que foi inserido no subitem 15.3 do item 15 do edital, encontra-se em desacordo com o disposto na Lei nº 4.949/12, a qual fixa que os prazos previstos em edital começam a correr a partir da data de publicação no Diário Oficial, podendo, ainda, ensejar controvérsia e macular a desejável transparência do normativo.

Observou, também, que a jurisdicionada publicou, no DODF de 28.01.19, o Edital nº 4, juntado à peça 18, corrigindo subitens do edital normativo, para ampliar o período de inscrições do certame, com ajuste nas datas de solicitação de atendimento especial e período para interposição de recurso contra o indeferimento das solicitações daquele tipo de atendimento, mas não identificou impropriedade.

Assim, a Unidade Técnica sugeriu ao Tribunal considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 5.963/18 e determinar à atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF (então Sedestmidh) que retifique o subitem 15.3-A, inserido pelo Edital nº 2/2018, de forma a deixar claro que os prazos previstos no edital terão início com a publicação no DODF.

O Ministério Público aquiesceu ao entendimento da Unidade Instrutiva.

Concordo com a percuente análise realizada pelo Corpo Técnico, endossada pelo Órgão Ministerial, nada tendo a reparar.

De fato, é possível constatar, com a publicação dos Editais nºs 2 e 3/2018, que a diligência determinada na Decisão nº 5.963/18 foi satisfatoriamente cumprida pela jurisdicionada, bem como que convém determinação à atual Secretaria de Desenvolvimento Social para que corrija o subitem 15.3-A, de modo que os prazos previstos no edital tenham início com a publicação no DODF, adequando-se ao disposto na Lei nº 4.949/12.

No que se refere ao documento encaminhado pelo cidadão, juntado à peça 15, o Corpo Instrutivo assinalou que o mesmo questiona o item 6 do edital, por ter fixado, para o mesmo dia, a realização das provas objetivas do concurso para os cargos de nível médio e de nível superior, em desacordo com a Lei distrital nº 5.866/17.

Consignou que a citada lei dispõe sobre o agendamento de provas de concursos públicos no DF, e proíbe as bancas examinadoras de marcarem a primeira

---

<sup>1</sup> Todos os prazos previstos neste Edital terão início com a divulgação dos atos, editais e comunicados referentes ao concurso público, no endereço eletrônico [www.ibrae.com.br](http://www.ibrae.com.br), ou com a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo ser considerada aquela que ocorrer primeiro. Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

fase de qualquer certame no mesmo dia de outro similar já previamente agendado, conforme o art. 2º<sup>2</sup>.

Afirmou que são considerados certames similares aqueles que, concomitantemente, tenham como critério de seleção o mesmo nível de escolaridade e possuam a mesma faixa salarial.

Informou que a então Sedestmidh divulgou, em 27.11.18, 4 (quatro) editais de concurso público, sendo dois de nível superior<sup>3</sup> e dois de nível médio<sup>4</sup>.

Salientou que as provas objetivas de todos os concursos, inicialmente marcadas para o dia 10.03.19, foram reagendadas para o dia 24.03.19, após retificação nos editais inaugurais e ampla divulgação, sendo que os candidatos aos cargos de nível superior farão a prova no turno matutino e no mesmo horário, à exceção da especialidade Educador Social, cuja prova será no turno vespertino, e os concorrentes aos cargos de nível médio terão horários diferenciados (as provas para Técnico Administrativo ocorrerão pela manhã e aquelas para Agente Social e Cuidador Social pela tarde).

Concluindo, então, que o disposto no item 6 do edital atende plenamente ao que estabelece a Lei distrital nº 5.866/17, sugeriu ao Tribunal que conheça do requerimento efetuado pelo cidadão, considerando-o improcedente, por insubsistência própria de suas razões.

O *Parquet* concordou com a Unidade Técnica.

Adiro às manifestações uniformes das Unidades Instrutiva e Ministerial, com alguns ajustes.

Entendo, também, que o documento encaminhado pelo cidadão deve ser conhecido pelo Tribunal, não sob o título de 'requerimento', a teor do que dispõe o art. 263 do RI/TCDF, mas sob a forma de 'representação', por ter o cidadão, devidamente identificado nos autos, trazido ao conhecimento do Tribunal, ainda que de modo extremamente simples, possível descumprimento, por parte da então Sedestmidh, da Lei distrital nº 5.866/17, preenchendo, assim, a representação, em linhas bastante gerais, os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF.

Admitido o documento enviado pelo cidadão como se representação fosse, passo, desde já, ao seu exame de mérito, sem cogitar da necessidade de

<sup>2</sup> Art. 2º - São considerados concursos públicos similares entre si aqueles que, concomitantemente, preencham os seguintes requisitos: I - terem como critério de seleção o mesmo nível de escolaridade;

II - possuírem a mesma faixa salarial.

§ 1º Considera-se mesmo nível de escolaridade a exigência para provimento em cargo público de nível superior, de nível médio ou de nível fundamental.

§ 2º Considera-se mesma faixa salarial o valor da remuneração inicial ou subsídio inicial, previsto em edital ou, na falta de tal previsão, o correspondente valor, legalmente estabelecido, compreendido entre as seguintes faixas:

I- até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

II- entre R\$ 1.500,01 (mil e quinhentos reais e um centavo) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III- entre R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV- entre R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

V- entre R\$ 15.000,01 (quinze mil reais e um centavo) e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

VI- acima de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

<sup>3</sup> Especialista em Assistência Social (Educador Social, Direito e Legislação Pedagogia, Psicologia e Serviço Social) – código 101; e Especialista em Assistência Social (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Organizacional, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição) – código 201

<sup>4</sup> Técnico em Assistência Social (Técnico Administrativo) – código 301; e Técnico em Assistência Social (Agente Social e Cuidador Social) – código 401



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

esclarecimento por parte da jurisdicionada, por verificar que a *quaestio* encontra-se suficientemente madura para tanto, conforme robusta análise promovida pelo Corpo Técnico.

Como expressão disso, em síntese, destaco daquela análise que o teor do item 6 do edital normativo, questionado pelo cidadão, não ofende ao que estabelece a Lei distrital nº 5.866/17, basicamente porque os concursos públicos para os cargos de nível médio e de nível superior, tratados no edital em comento, não são considerados similares, conforme dispõe o art. 2º dessa lei (Nota de Rodapé 2), além do que é possível verificar que, embora as provas estejam previstas para o mesmo dia (24.03.19), as provas para o cargo de nível superior ocorrerão prevalentemente pela manhã (só o da especialidade Educador Social será à tarde), enquanto que aquelas para o de nível médio ocorrerão mais pela tarde (só o Técnico Administrativo será de manhã), de modo que até seria possível o candidato fazer dois concursos (para nível médio e superior) em um só dia.

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução e do parecer ministerial, com ajustes, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) do Ofício SEI-GDF nº 944/2018-SEDESTMIDH/GAB (peça 11), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 5.963/18;

b) dos Editais nºs 2, 3 e 4/2018, publicados, respectivamente, nos DODF de 07.12.18, 19.12.18 e 28.01.19 (peças 16, 17 e 18);

c) do documento encaminhado pelo cidadão, apresentado à Ouvidoria do Tribunal por meio da peça 15, como se representação fosse, para, no mérito, considerá-la improcedente;

II – determine à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que, no prazo de 10 (dez) dias, retifique o subitem 15.3-A, inserido pelo Edital nº 2/2018, publicado no DODF de 07.12.18, de forma a deixar claro que, a teor do quanto disposto na Lei local nº 4.949/12, os prazos previstos em edital começam a correr a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal;

III – dê conhecimento desta decisão ao signatário do documento encaminhado ao Tribunal (autor da representação), inserto na peça 15 do presente processo;

IV – autorize o retorno dos autos à Sefipe, para as providências de sua alçada.

Brasília, em 19 de fevereiro de 2019.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**